

# RELATÓRIO E CONTAS

## 2025

## ÍNDICE

### **I - RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	04
2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS	05-06
3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO	07
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	08-09
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10-11
6. FACTOS RELEVANTES DO PERÍODO	12
7. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	13
8. RELATÓRIO GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	14-19

### **II - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1. BALANÇO	21
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	22
3. ANEXOS	23-36

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caros Cooperadores,

O exercício de 2025 evidenciou uma evolução positiva e consistente da atividade da COOPAC, mesmo num contexto externo ainda desafiante.

Registou-se um crescimento do volume de negócios, principalmente no que diz respeito à actividade da CORSEL aliado à manutenção de resultados positivos, sustentados por uma gestão rigorosa e orientada para a eficiência. A Cooperativa apresenta uma estrutura financeira sólida, com elevados níveis de autonomia e uma posição de liquidez confortável, assegurando estabilidade e capacidade de resposta futura.

O Conselho de Administração mantém o compromisso de reforçar a oferta, diversificar soluções/parcerias/protocolos e continuar a gerar benefícios concretos para todos os cooperadores.

A todos, o nosso agradecimento pela confiança e pelo contributo para este percurso.

O Conselho de Administração

## CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

A organização COOPAC – COOPERATIVA DE SERVIÇOS DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL com NIF 501643389 é uma Cooperativa de Responsabilidade limitada constituída em 1987 que tem a sua sede social na Rua Frei Tomé de Jesus n.º 8, 1749-057 Lisboa e tem como atividade principal:

- ♦ Obter as melhores condições, nas mais diversas atividades, para os membros da COOPAC e para os Pilotos da Aviação Civil.

A COOPAC foi constituída em janeiro de 1987, por iniciativa de um grupo de dirigentes, com a finalidade de prestar serviços aos seus Cooperadores sendo constituída apenas por Pilotos da Aviação civil.

Para o efeito, criou uma mediadora de seguros, a Corsel, destinada a efetuar seguros em diversos ramos e em condições muito especiais, com desconto exclusivo para os seus membros e atendimento personalizado.

Procurou desenvolver outras atividades adequadas aos seus membros, tais como telecomunicações e acordo preferencial no âmbito bancário.

Entretanto, com a evolução das atividades económicas, outras soluções foram surgindo e novos contratos se encontram em fase de elaboração.

A nossa finalidade continua a ser a mesma de sempre – Obter as melhores condições, nas mais diversas atividades, para os membros da COOPAC e para os Pilotos da aviação civil.

A COOPAC – COOPERATIVA DE SERVIÇOS DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL tem como principal enfoco a celebração de protocolos com entidades, na tentativa de melhorar a disponibilidade e a diversidade de serviços disponíveis e em melhores condições, aos seus cooperadores.

A empresa procura trabalhar com a s mais diversas empresas nos mais diversificados sectores do mercado.

Procurando por vezes até antecipar as necessidades, negociando junto das empresas preços e produtos/serviços.

A nossa equipa continuará determinada em garantir o máximo de apoio aos nossos Cooperadores, de acordo com as necessidades apresentadas.

## CARACTERIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

<b><u>Mesa da Assembleia Geral</u></b>	
Presidente:	José Manuel Guedea Melo Correia
Secretário:	Camilo Manuel Rodrigues Ribeiro
Secretário:	António Manuel Sousa Pereira Soares

<b><u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u></b>	
Presidente:	Rui Miguel Martins Ribeiro
Vice-Presidente	António Filipe Bastos Castro Costa Pinto
Tesoureiro	André Filipe Mendes da Fonseca

<b><u>Conselho Fiscal</u></b>	
Presidente:	António Joaquim Penitência Escarduça
Secretário:	Vitor Emanuel Marques Pelado
Secretário:	João Francisco Esteves B. Castanheira

## ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO

No decorrer de 2025, a actividade da CORSEL, que representa praticamente a totalidade da actividade da COOPAC, registou uma evolução globalmente positiva, reflectida nos resultados alcançados e no crescimento em vários ramos de negócio.

Destacamos o aumento da actividade no seguro de saúde SPAC, bem como a evolução favorável nos ramos Vida, Férias, Pets e Produtos Financeiros, com a subscrição de 16 PPRs.

Ao nível organizacional, em Maio de 2025 identificou-se a necessidade de reforçar a equipa com a contratação de um novo elemento. Contudo, face ao elevado nível de absentismo, foi necessário proceder à sua dispensa, tendo sido de imediato iniciado um novo processo de recrutamento para integração de um quarto elemento, com recurso a apoio externo especializado.

Paralelamente, no âmbito administrativo e financeiro, foi necessário proceder à substituição do contabilista, em virtude de inconsistências nos valores apresentados, dificuldades ao nível da fiabilidade da informação e atrasos na disponibilização de documentação.

Foram realizadas obras de manutenção e remodelação na sede da COOPAC/CORSEL, as quais contribuíram significativamente para a melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, bem como para a qualidade do atendimento prestado aos Cooperadores/Clientes.

A COOPAC mantém igualmente a exploração de novas oportunidades, nomeadamente no sector imobiliário, e prepara novas iniciativas comerciais na CORSEL, como a campanha “Traga um amigo consigo”, dirigida a Pilotos e seus familiares.

O Conselho de Administração manter-se-á empenhado na consolidação dos resultados e no desenvolvimento sustentado da actividade.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO NO MUNDO

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

Em 2025, a Zona Euro continuou a mostrar recuperação moderada, sustentada por um abrandamento da inflação e por alguma melhoria da procura interna, ainda que com assimetrias entre países. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento do PIB da Zona Euro de 1,3% em 2025, suportado por consumo privado em recuperação e pelo acesso ao crédito gradualmente mais favorável.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EM PORTUGAL

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

O PRR tem impulsionado a economia portuguesa ao dinamizar o investimento privado, através de instrumentos de capitalização e apoio à inovação, reforçando o tecido produtivo nacional. Estes mecanismos têm tido impacto direto na produtividade e na estrutura empresarial, contribuindo para melhores resultados macroeconómicos. Simultaneamente, o PRR tem aumentado o investimento público, apoiando a recuperação económica pós pandemia, sobretudo entre 2022 e 2024.

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4%, no primeiro semestre de 2025.

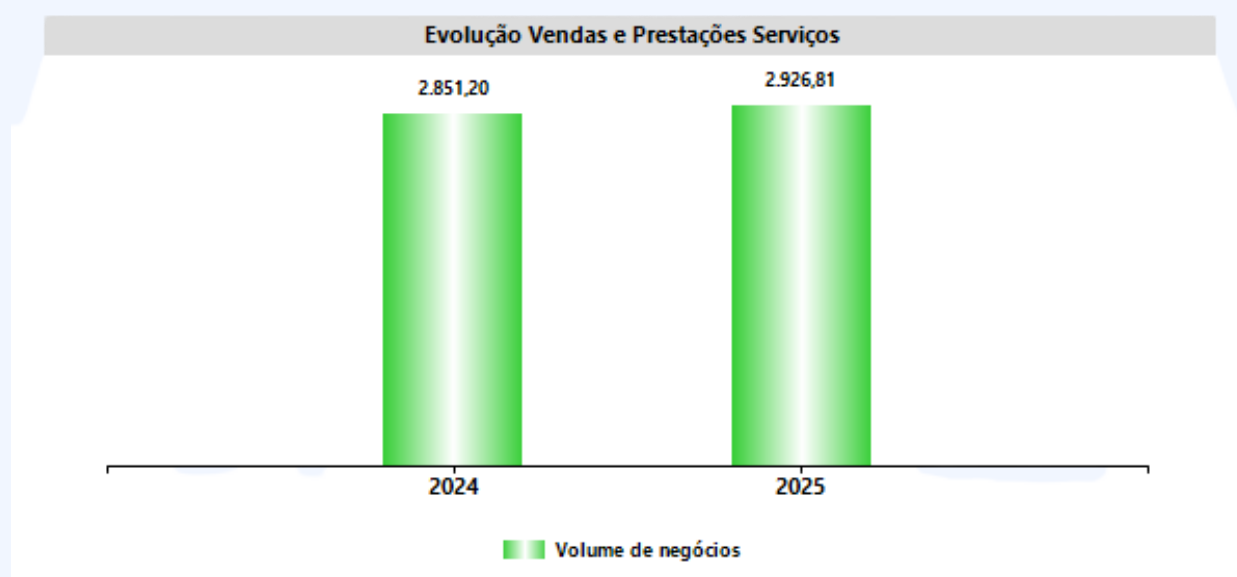
Adicionalmente, segundo a análise da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), na divulgação de 10 de dezembro de 2025, referente a outubro de 2025, as importações de bens diminuíram 3,0% em termos homólogos.

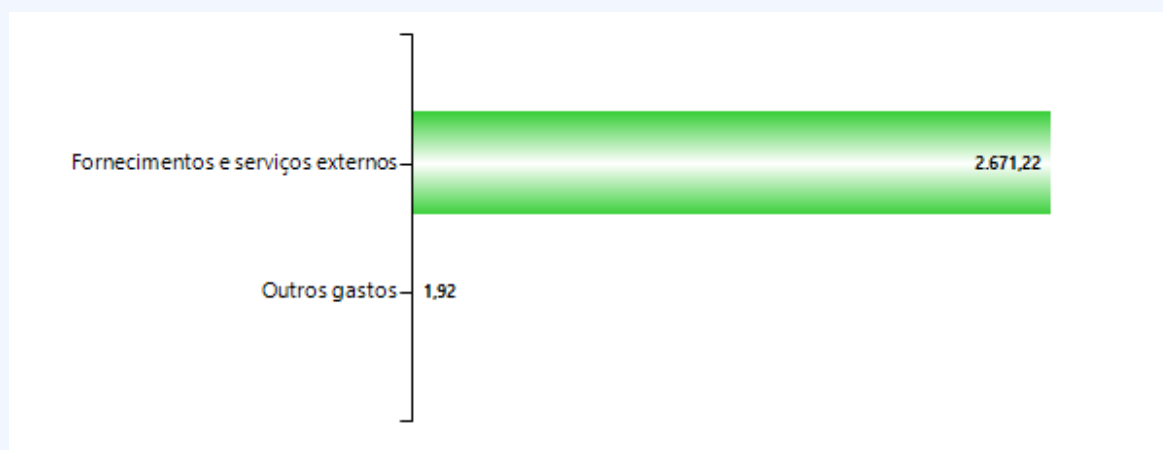
## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 2.926,81 €, representando uma variação de 2,65% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

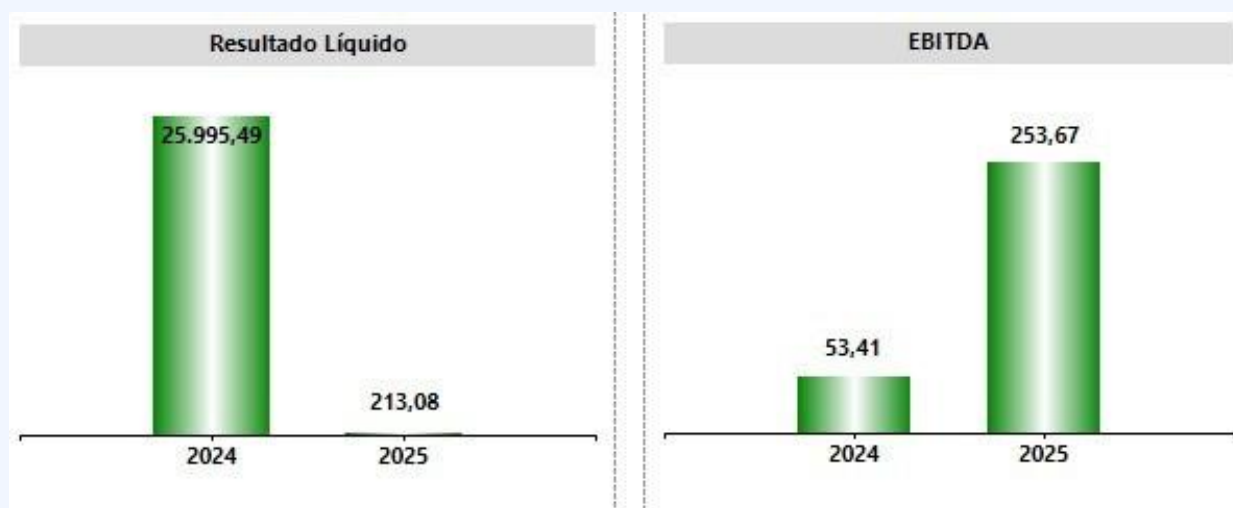


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

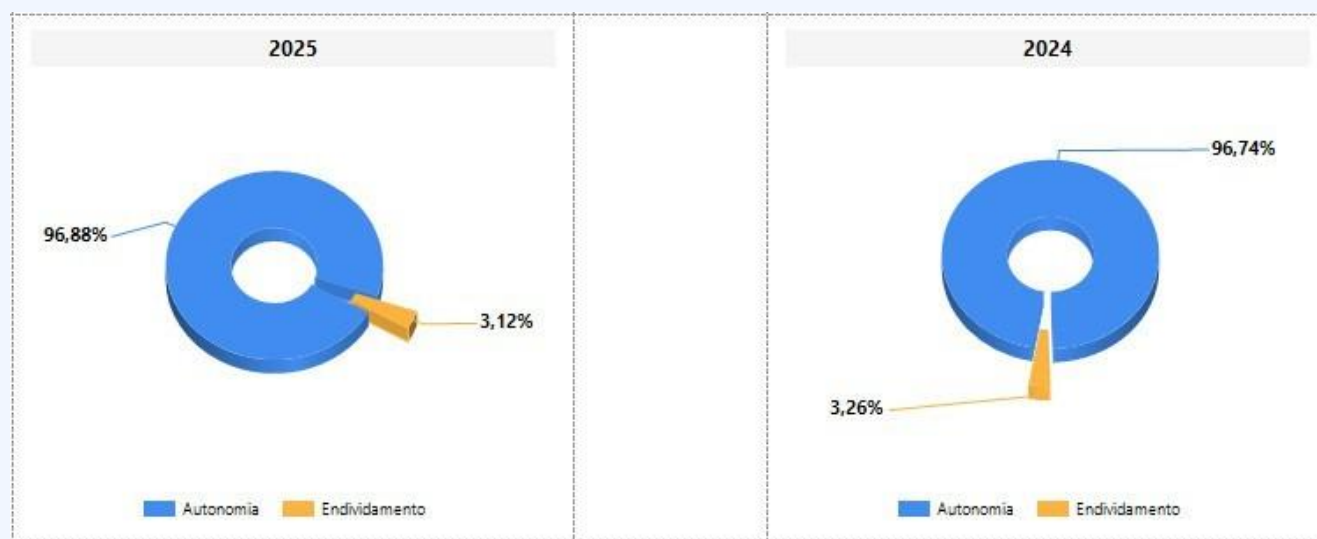


## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



## FACTOS RELEVANTES DO PERÍODO

Conforme indicado no ponto 3 – Atividade Desenvolvida no Período, registou-se uma dinâmica positiva na actividade da CORSEL, com evolução favorável em diversos ramos, destacando-se o crescimento na área da saúde, bem como o desenvolvimento de soluções nos ramos Vida, Férias, Pet e produtos financeiros, incluindo a subscrição de PPR. Este desempenho contribuiu para o reforço da proposta de valor junto dos cooperadores.

Adicionalmente, ao longo do exercício, importa assinalar um reforço das práticas de controlo e eficiência operacional, factores determinantes para a sustentabilidade da organização.

O Conselho de Administração mantém o compromisso de continuar a valorizar a oferta de serviços, diversificar soluções e potenciar benefícios concretos para todos os Cooperadores.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal declara que acompanhou o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados do exercício de 2025, considerando que estas se encontram inteiramente de acordo com as disposições legais e estatutárias. Cumprindo o estipulado nos Estatutos da COOPAC, aprovados em Assembleia Geral de 10 de novembro de 2020, relativamente ao Relatório de Contas do ano 2025, a submeter à aprovação da Assembleia Geral a realizar em 20 de março de 2026, o Conselho Fiscal é de parecer que o mesmo seja aprovado.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal, manifestou o seu apreço pelo esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração no sentido de melhorar os serviços de contabilidade ao serviço da COOPAC, e considera ainda oportuno manifestar o seu apoio à decisão do Conselho de Administração de levar a cabo auditoria contabilística, na sequência da alteração de prestador de serviços de contabilidade.

Lisboa, 16 de março de 2026

### **O Presidente do Conselho Fiscal**

(António Joaquim Penitencia Escarduça)

### **O Secretário do Conselho Fiscal**

(João Francisco Esteves Brito Castanheira)

### **O Secretário do Conselho Fiscal**

(Vitor Emanuel Marques Pelado)

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais do Artigo 65 ° e Artigo 66 ° do C.S.C., vem o Conselho de Administração da entidade COOPAC COOPERATIVA DE SERVIÇOS DOS PILOTOS DE AVIAÇÃO CIVIL apresentar o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## **Visão, Missão e Estratégia**

### **Visão**

A COOPAC aspira a ser uma cooperativa de prestação de serviços de referência junto dos seus cooperadores através da diversificação de serviços, angariação de benefícios e na implementação de estruturas sistémicas para facilitar a prestação de serviços das organizações que formam o grupo dos pilotos.

### **Missão**

Proporcionar benefícios aos cooperadores através da celebração de protocolos, mediar negócios entre os cooperadores e entre as instituições financeiras e disponibilizar aconselhamento financeiro, observando sempre, rigorosos e elevados padrões de conduta e de qualidade nos serviços prestados.

### **Estratégia**

Expandir as iniciativas ligadas à negociação e renegociação de protocolos, estabelecer contactos privilegiados com instituições financeiras no âmbito do aconselhamento financeiro e na área da formação didática, aumentar a atividade na área das telecomunicações atendendo sempre ao interesse dos cooperadores, promover novas áreas de negócios, e com o objetivo de suportar a implementação das referidas medidas, a execução de um plano de investimentos rigorosamente desenhado e orçamentado à medida das necessidades da COOPAC.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Rendimentos

O valor total dos rendimentos obtidos no exercício de 2025 foi de 2.926,81€ sendo composto pelas seguintes rubricas:

<b>Rubricas</b>	<b>2025</b>	<b>%</b>
Vendas e Serviços Prestados	2.926,81€	100%
Ganhos em Associadas	2.926,81€	100%
<b>Total</b>		

As Vendas e Serviços Prestados referem-se a serviços de publicidade/banners.

Tem sido nosso esforço e objetivo controlar e monitorar todas as rubricas, controlando os custos, alterando ou corrigindo tudo aquilo que possa ajudar no futuro a tornar a COOPAC mais autónoma do ponto de vista financeiro.

A necessidade de contenção, eficiência e poupança por parte do Conselho de administração da COOPAC e colaboradoras resultou numa enorme união de toda a equipa em torno do objetivo e do cumprimento das medidas implementadas.

As nossas estratégias mantêm-se, pois, o resultado obtido situou-se dentro das nossas expectativas, mas pretendemos adicionar/complementar mais serviços e produtos para que exista um interesse genuíno por parte dos Pilotos associarem-se à COOPAC.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O cumprimento de grande parte dos objetivos no primeiro mandato, permitiram que o Conselho de Administração se focasse em atrair mais Pilotos, para as atividades da COOPAC, e naturalmente da sua participada CORSEL.

Não podemos deixar de mencionar que o aumento notável de Cooperadores verificado nos últimos dois anos, dá-nos um enorme alento para orgulharmo-nos do trabalho executado a o longo destes anos, com a consciência plena que ainda há muito para executar.

### Gastos

O valor total dos gastos suportados no exercício de 2025 foi de 2.673.14€ sendo composto pelas seguintes rubricas:

<b>Rubricas</b>	<b>2025</b>	<b>%</b>
Fornecimentos e serviços externos	2.671,22€	99,92%
Outros gastos	1,92€	0,08%
<b>Total</b>	<b>2.673,14€</b>	<b>100%</b>

Os gastos mais significativos incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos constituem os trabalhos especializados, que registam os gastos respeitantes a o serviço de contabilidade e o seguro de saúde.

### 2. Resultados Obtidos

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2025 foi de 213,08€ positivo, após o apuramento do valor estimado de imposto sobre o rendimento (IRC).

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 3. Análise Económico-financeira

- **Equilíbrio financeiro**

A COOPAC apresenta uma situação financeira favorável, sendo os valores considerados bons.

Apresentam-se de seguida dois dos indicadores mais usados para sustentar a posição financeira.

<b>Rácios e indicadores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Capitais Permanentes</b>		
Capital Próprio	243.115,77€	241.046,72€
Passivo Não Corrente		
Total	<u>243.115,77€</u>	<u>241.046,72€</u>
<b>Activo Não Corrente</b>	<u>229.918,97€</u>	<u>229.918,97€</u>
<b>FUNDO DE MANEIO</b>	13.196,80€	11.127,75€
<b>Liquidez Geral</b>	<u>2.68</u>	<u>2.37</u>

O Fundo de Maneio, que corresponde à margem de segurança que garante o equilíbrio financeiro e que se traduz num excedente do valor dos capitais permanentes sobre o aumento dos capitais permanentes devido aos resultados líquidos positivos (excedentes) incorporados na rubrica de capital próprio.

O valor do ativo corrente é superior ao passivo corrente, significando que a realização dos ativos correntes em liquidez é suficiente para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo e a COOPAC ainda detém alguma margem de segurança (Fundo de Maneio positivo).

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Desta forma o rácio de Liquidez Geral, que avalia a sua capacidade para cumprir os compromissos de curto prazo, é superior ao valor mínimo desejável, ou seja, é superior a 1.

- Equilíbrio estrutural

A COOPAC apresenta indicadores de equilíbrio financeiro de médio–longo prazo, ou equilíbrio estrutural, considerados ótimos, refletindo valores de independência considerados desejáveis face a terceiros, solvabilidade e capacidade de endividamento. Esta tendência tem vindo a ser solidificada.

<b>Rácios e Indicadores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Autonomia Financeira	97%	97%
Grau de Endividamento	0.03	0.03
Solvabilidade	30.00	30.00

O rácio de Autonomia Financeira, que determina a independência da COOPAC face a capitais alheios, próximo dos 97.0% no final de 2025, valor considerado excelente.

A COOPAC, ao longo dos dois últimos anos, no mandato deste Conselho de Administração, procedeu a alterações, com vista a trabalhar o presente e assegurar o futuro financeiro da COOPAC, nomeadamente através de um controlo apertado dos custos, rigor nos investimentos, reforço do aumento das receitas através do aumento do número de Cooperadores.

Assim, no essencial, foi conseguida uma posição financeira e económica equilibrada e sustentável, o que permite encarar o futuro com otimismo.

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## **4. Proposta de Aplicação de Resultados**

O Conselho de administração da COOPAC propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025 no valor de 213,08€ (duzentos e treze euros e oito cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 3 de março de 2026

**O Conselho de Administração**

# **DOCUMENTOS**

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

## BALANÇO

RUBRICAS	DATAS	
	2025	2024
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Investimentos financeiros	229.918,97	229.918,97
	<b>229.918,97</b>	<b>229.918,97</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Clientes	2.399,99	
Estado e outros entes públicos	6.435,68	6.455,88
Caixa e depósitos bancários	12.193,71	12.784,74
	<b>21.029,38</b>	<b>19.240,62</b>
<b>Total ativo</b>	<b>250.948,35</b>	<b>249.159,59</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital subscrito	18.589,16	18.589,16
Reservas	55.680,04	55.680,04
Resultados transitados	28.145,29	293,83
Outras variações no capital próprio	140.488,20	140.488,20
Resultado líquido do período	213,08	25.995,49
<b>Total do capital próprio</b>	<b>243.115,77</b>	<b>241.046,72</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	24,60	1.619,47
Estado e outros entes públicos	271,22	206,30
Outros passivos correntes	7.536,76	6.287,10
	<b>7.832,58</b>	<b>8.112,87</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7.832,58</b>	<b>8.112,87</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>250.948,35</b>	<b>249.159,59</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2025	2024
Vendas e serviços prestados	2.926,81	2.851,20
Fornecimentos e serviços externos	(2.671,22)	(2.797,79)
Outros rendimentos		25.942,08
Outros gastos	(1,92)	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>253,67</b>	<b>25.995,49</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>253,67</b>	<b>25.995,49</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>253,67</b>	<b>25.995,49</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(40,59)	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>213,08</b>	<b>25.995,49</b>

## ANEXOS

### **1 - Identificação da Entidade**

A organização COOPAC – COOPERATIVA DE SERVIÇOS DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL com NIF 501643389 é uma Cooperativa de Responsabilidade limitada constituída em 1987 que tem a sua sede social na Rua Frei Tomé de Jesus n.º 8, 1749-057 Lisboa e tem como atividade principal:

Obter as melhores condições, nas mais diversas atividades, para os membros da COOPAC e para os PILOTOS DE AVIAÇÃO CÍVIL.

### **2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

#### **a) Referencial Contabilístico**

Desde 2010 as demonstrações financeiras têm sido preparadas no pressuposto continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da organização e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ♦ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- ♦ \* Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março (Regime da Normalização Contabilística para as
- ♦ Entidades do Sector não lucrativo);
- ♦ \* Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas para o Sector Não lucrativo);
- ♦ \* Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelo de Demonstrações Financeiras para as
- ♦ Entidades do Sector Não lucrativo);
- ♦ \* Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- ♦ \* Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro).

## **ANEXOS**

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010.

### **b) Regime do acréscimo**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

### **c) Continuidade**

A entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe nem a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

### **d) Informação comparativa**

A informação é comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa inclui, regra geral, a informação descritiva necessária e relevante para melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

### **e) Compensação**

Os rendimentos e gastos e os ativos e passivos, não se encontram compensados. Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos estão separadamente relatados por forma a não prejudicar a capacidade dos Cooperadores em compreender as transições.

## ANEXOS

### **f) Materialidade e agregação**

Cada classe material de itens semelhantes está apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante estão apresentados separadamente. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens, apenas são materiais se influenciarem as decisões económicas dos Cooperadores, tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Não foram detetados erros quer em dimensão, quer em natureza, que influenciem as decisões económicas dos Cooperadores.

### **g) Consistência de apresentação**

A apresentação e classificação dos itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o outro.

### **h) Derrogações das disposições do SNC**

Não existiram durante o presente exercício quaisquer casos pontuais que implicassem a derrogação das disposições previstas no Sistema Nacional Contabilístico (SNC) para as Micro entidades (ME).

## **3 - Principais Políticas Contabilísticas**

### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

## ANEXOS

### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

As perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações, bem como da conversão da taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica Gastos e Perdas de Financiamento se relacionados com empréstimos, ou em Outros Gastos ou Perdas Operacionais para todos os outros saldos/transações. Os ganhos cambiais são reconhecidos na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais.

### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

## ANEXOS

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o modelo linear, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria n.º 737/81, de 29 de agosto para bens adquiridos antes de 1 de janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de janeiro para bens adquiridos entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 1 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com os seguintes períodos de vida útil estimada:

Grupo de bens	Anos de vida útil
Edifício e Outras Construções	05-50
Equipamento Básico	04-08
Equipamento Administrativo	02-10
Outros Activos Fixos Tangíveis	01-04

As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra o respetivo excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas por imparidade.

## ANEXOS

### **b) Inventários**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o FIFO como método de custeio). Entende-se por preço de mercado o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

### **c) Clientes e Outras Contas a Receber**

As contas de Clientes e outras contas a receber não contemplam juros e encontram-se registadas pelo seu valor nominal líquido de eventuais perdas de imparidades.

### **d) Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica agrega caixa e depósitos à ordem em bancos bem como outros investimentos de curto prazo de risco pouco significativo e de liquidez imediata. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos Obtidos, refletidos no Passivo Corrente.

### **e) Fornecedores e Outras Contas a Pagar**

As dívidas a Fornecedores e as dívidas a terceiros excluídas de fornecedores não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

### **f) Imposto sobre o rendimento do período**

A COOPAC como não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC – aplicando-se uma taxa de 20,0%, de acordo com o n.º 5 do artigo 87º do Código do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas.

## ANEXOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Cooperativa de 2022 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

### **g) Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens e pela prestação de serviços decorrentes da normal atividade da empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A COOPAC reconhece rédito na venda de bens quando se verificam os requisitos previstos no parágrafo 12.4 da NCRF–ME sendo eles os seguintes:

- a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- d) Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade.

## ANEXOS

### 4 - Fluxos de caixa

#### 4.01 - Saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os valores estão disponíveis para desenvolver os objetivos da Cooperativa.

#### 4.02 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A descrição dos valores constantes em caixa e em depósitos bancários a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Caixa		
<u>Depósitos à Ordem</u>	<u>12.193,71€</u>	<u>12.784,74€</u>
Total	12.193,71€	12.784,74€

## ANEXOS

### **5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem da norma das Micro Entidades (ME) aplicáveis no referencial contabilístico adotado pela organização, sendo aplicada de forma consistente expecto se o SNC–ME não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem à entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que a sua não integração impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista somente a integração dessa lacuna. O recurso, supletivamente é pela ordem indicada:

- a) Ao SNC, aprovado pelo Decreto–Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e demais legislação complementar
- b) Às normas internacionais de contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC–IFRIC.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

## ANEXOS

### **8 - Diferimentos**

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os saldos da rubrica Diferimentos do Ativo e do Passivo são compostos da seguinte forma:

### **9 - Outras Reservas**

Em 31 de Dezembro de 2025 a COOPAC apresenta uma reserva referente a doações no valor de 55.680.04€ provenientes de anos anteriores. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da COOPAC, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

### **10 - Resultados Transitados**

O Conselho de Administração da COOPAC irá propor à Assembleia Geral a transferência da totalidade do Resultado Líquido apurado em 2025, no valor de 213.08€, para a rubrica de Resultados Transitados, a fim de o juntar ao valor de 28.145,29€ registados no final de 2024, que corresponde aos resultados acumulados obtidos em anos anteriores.

### **11 - Excedentes de Revalorização**

O saldo constante nesta rubrica, no valor de 140.488.20€, não registou variação no ano de 2025.

## ANEXOS

### 12 - Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 as rubricas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar apresentavam a seguinte composição:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores	24,60€	1.619,47€
Outras contas a Pagar	7.536,76€	6.287,10€
<b>Total</b>	<b>7.561,36€</b>	<b>7.906,57€</b>

### 13 - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes saldos:

<b>Rubricas</b>	<b>2025</b>		<b>2024</b>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	6.249,58€	40,59€	6.249,58€	
IVA		271,22€	26,68€	206,30€
Outros Impostos	47,07€			
<b>Total</b>	<b>6.296.65€</b>	<b>311,81€</b>	<b>6.276.26€</b>	<b>206.30€</b>

## ANEXOS

### 14 - Rédito

A rubrica Rédito apresentava os seguintes valores a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Venda de Bens		
<u>Prestações de Serviços</u>	2.926.81€	2.851.20€
Total	2.926.81€	2.851.20€

O montante atual de 2.926.81 na rubrica de Prestações de Serviços diz respeito à operação resultante das prestações de serviços / banner.

### 15 - Fornecimentos e Serviços Externos

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos apresentava os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalhos Especializados	665.50€	624,00€
Publicidade e Propaganda	132,00€	132,00€
Serviços Bancários	97,80€	99.72€
Honorários	20,00€	147.60€
Outros serviços	75,00€	
Seguros	1.680,92€	1.794.47€
Total	<u>2.671,22€</u>	<u>2.797,79€</u>

## ANEXOS

### **16- Rendimentos e Ganhos em Associadas e/ou participadas**

Os Rendimentos e Ganhos em Associadas e/ou participadas refere-se à aplicação do método de equivalência patrimonial, tendo em conta a participação que a COOPAC tem na CORSEL MEDIADORES DE SEGUROS. Esta participação respeita a 99.0% do capital social da CORSEL. Por aplicação deste método, que embora não obrigatório para este tipo de entidades, não se imputa qualquer valor ao resultado da COOPAC no exercício de 2025.

### **17- Acontecimentos após a data do Balanço**

#### **17.01 - Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 05/03/2026 pelo Conselho de Administração da COOPAC.

#### **7.02 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço**

Não foram indicadas novas informações, após a data do Balanço, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## ANEXOS

### **18- Informações exigidas por diplomas legais**

O Conselho de Administração informa que a Cooperativa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Cooperativa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações previstas no Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**O Conselho de Administração**

**O Contabilista Certificado**